



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

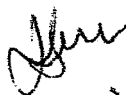
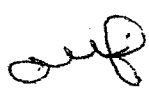
Ata 21/18

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h25min, em segunda chamada se dá o início da reunião extraordinária do CMS de Canoas, marcada para o fim de analisar e votar o Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2018, que é dividido em Relatório de Indicadores de Saúde, que foi aprovado no dia 12/11/2018 e Relatório Financeiro que devido a discordâncias das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnica não foi apreciado, Informações da Mesa, reuniões de janeiro e fevereiro de 2019 e Assuntos Gerais. O CM Ivo Nunes, representante da ATAPEC convida os conselheiros municipais e locais para jantar de confraternização na sede da entidade. O Presidente começa informando que o Conselho recebeu correspondência da Universidade Luterana do Brasil solicitando indicação de membro em seu Comitê de Ética. Em análise, a Mesa Diretora sugeriu o Sr. Ivan João Balbuena Alves, que já fazia parte do Conselho Nacional, representando uma entidade prestadora e cuja exigência do referido é que fosse referendado pelo CMS. Diz que por ser extraordinária a assembleia, não haverá a leitura da ata da reunião anterior. Preocupação geral com a possibilidade de paralisação nos hospitais, UPAS e CAPS, controlados pelo Hospital Nossa senhora das Graças e GAMP, na quarta-feira, 05/12/2018. O CM Eduardo explica que a decisão dos sindicatos, concentrou o movimento das 08:00 horas de quarta-feira para 08:00 horas de quinta-feira. O Presidente afirma que no dia 05/12, haverá nova reunião dos trabalhadores para definir os destinos da paralisação. O Sr. Mario Almeida pergunta se este é o caso e se o estado está cumprindo o percentual constitucional exigido. O Presidente Mário responde que para eles, sim, mas para o Conselho Estadual de Saúde, não ultrapassa 7,5% do orçamento. A CM Margarete pede que seja respeitada a regra de que as perguntas não devem ultrapassar um minuto. Concordância geral. O CM Ivo Nunes questiona se nos gastos apresentados pela SMS, se encontram despesas do CMS. O CM Eduardo responde que os gastos do Conselho de Saúde estão dentro do orçamento da secretaria e portanto integrante do montante empregado. O Presidente passa a palavra ao Sr. Cleber, diretor financeiro da SMS, responsável pelo setor, que fará a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Os movimentos se relacionam com os meses de maio, junho, julho e agosto de 2018. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente, referente à parte municipal, como livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração financeira, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária, importando no montante de R\$ 62.144.991,44 (42,68%). Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica, atenção básica, de média e alta complexidade e vigilância em saúde no valor de R\$ 37.897.010,50 (26,03%). De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade, programa federal FAN ligado a nutrição e Vigilância em saúde, orçando em R\$ 45.570.645,04(31,30 %). O total de recursos foi de 145.612.646,98 (100,00%). Em um comparativo com o mesmo período do ano de 2017, em índices de participação de 38,87 % a mais de recursos municipais e reduções de (11,61%) em estaduais e 21,13% de saldos federais. O aumento de R\$ 211.856,03, significando um incremento de 0,146% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, Saudex, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU (Clínica serrano), vigilância Ostensiva, CIEE, energia elétrica, aluguéis, ACADEF, Pró-renal, telecomunicações, FMS, Serviços de Terceiros PJ, obrigações tributárias e contributivas e despesas de capital, totalizou assim as despesas em R\$ 159.614.095,88. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 38,82% na participação municipal e diminuição de 14,66% nas despesas com recursos estaduais e aumento de 2,62% nas federais. Ao analisar percebemos que houve um aumento nas despesas no valor de R\$ 12.050.168,25, comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual crescente de 8,16%. Em relação ao orçamento atualizado de 2018 e entre os valores pagos e a pagar, formam um comprometimento proporcional de 18,49% dos recursos do erário público de aplicação em ações e serviços públicos em saúde. Finalizada a apresentação, o Conselheiro Eduardo se manifesta em nome das Comissões e declara que foram

[Handwritten signatures]

888 páginas analisadas. Diz que foram analisadas notas, empenhos e procedimentos, onde encontraram inconformidades que acarretaram o adiamento na análise do Relatório Financeiro. Diz que discordam do uso de verbas da SMS para fins de compra de ranchos para funcionários, mesmo que tivessem apresentado legislação de fornecimento do rancho subsidiado aos servidores, exigência de comissão interna de análise das demandas judiciais, que estão num crescente significativo, com bloqueios sem critérios de adoção e a lotação de funcionário médico, cedido pela Prefeitura de Cachoeirinha, cujo destino nos era desconhecido. Lê as explicações da secretaria, presentes no ofício 1389 da SMS, datado de 22/11/2018. No documento salienta que referente ao médico Pierre da Silva Prunes afirma que este está lotado no Gabinete do Sr. Prefeito, exercendo atividade de consultoria e que foi convidado para participar da Comissão Interna sugerida e cuja composição foi enumerada no ofício citado. O CM Eduardo reitera que este grupo terá um acompanhamento constante das Comissões do CMS. A CM Maria Helena pergunta sobre o funcionário mencionado. O Servidor Cleber diz que o médico, estava prestando consultoria nos termos de fomento do GAMP e que deverá fazer trabalhos para a Fundação Municipal de Saúde, na área de assessoria, no processo básico dos termos de referência médica. Continua o conselheiro Eduardo deixando explícito que as informações da secretaria são de procedência oficial, cabendo total responsabilidade do servidor que assinou o referido, pela sua credibilidade jurídica. Faz a leitura do Parecer das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnica que recomenda aprovação da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2018, com restrições, que serão acompanhadas constantemente pelos conselheiros auditores. O Sr. Mário Almeida fala dos apontamentos das conselheiros e pergunta quem faz a fiscalização dos hospitais. O Presidente Mário cita as comissões de avaliação do contrato de convênio 03 com o Graças. Diz que que o GAMP tem contrato de fomento, dividido em dois lotes, controlado por uma Comissão de Gestão, que autoriza os gastos. Realizada a despesa, manda a documentação para outra comissão formada pela Fazenda, governo do estado (que nunca veio), CMS, GAMP e SMS que avalizam ou não os gastos, glosando quando necessário. O Presidente Mário fala que no dia de hoje aconteceu uma destrás reuniões. Cita a lei dos ranchos originada no governo Lagranha. Colocada em votação a matéria a mesma foi aprovada por doze votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. Fica para a próxima reunião a decisão acerca das reuniões dos meses de janeiro e fevereiro, para a reunião do dia 12/12/2018. O Presidente encerra a reunião às 20:09 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

Blh.



Jun-taric

